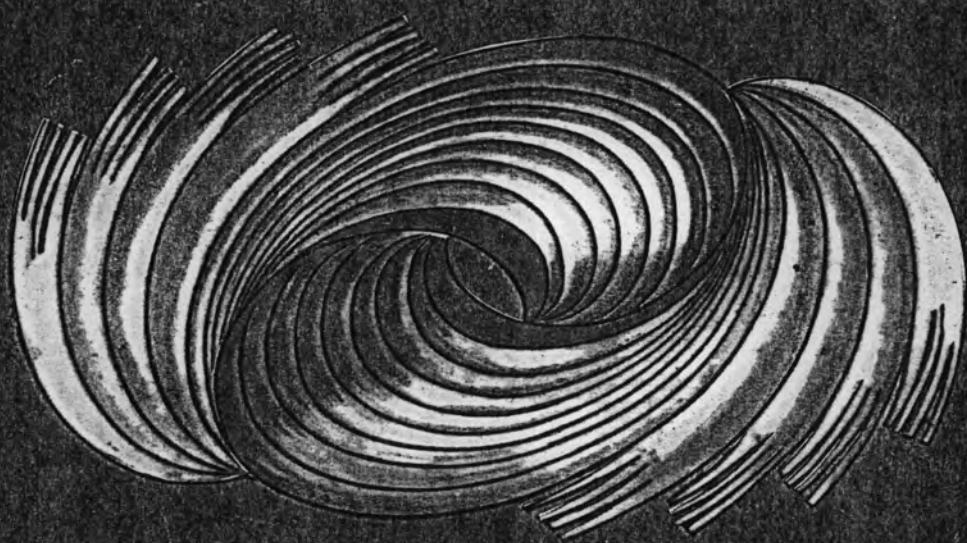


RESIDENCIA DE LA PRESIDENCIA

SECRETARÍA DE ECONOMÍA

IV PLANO DE FOMENTO



1974 • 1979

VOLUME I
METROPOLITANA

LEI N.º 8/73

(de 26 de Dezembro, sobre a organização
e execução do IV Plano de Fomento
para 1974-1979)

Fluim - 20/11/73

legitimada pelo que tem vindo a ser possível realizar e conceber e pelos recursos e potencialidades de que reconhecidamente se dispõe.

B) Objectivos gerais do Plano

7. Os objectivos gerais que o Governo seleccionou para o processo de desenvolvimento a prosseguir durante o período de execução do IV Plano de Fomento para 1974-1979 são os seguintes:

Objectivos nacionais

- a) Aceleração do ritmo e harmonização dos processos de desenvolvimento económico de todas as parcelas do território português, sem prejuízo do equilíbrio financeiro, tendo em conta, designadamente:

Os recursos naturais, humanos e de capitais disponíveis no espaço nacional e os diferentes estádios de desenvolvimento das suas parcelas;

* A coordenação com o esforço de defesa;

- b) Promoção do progresso social da população portuguesa, em ordem ao fortalecimento da individualidade e coesão da comunidade nacional e à sua projecção no mundo.

Objectivos metropolitanos

- a) Aceleração do crescimento económico, considerando especialmente a necessidade de:

Adequar a oferta interna de bens e serviços à procura global;

Combater os factores de pressões inflacionárias, de modo a assegurar os equilíbrios fundamentais;

Adaptar a economia aos condicionalismos decorrentes do processo de integração económica europeia;

Aperfeiçoar a política do trabalho, promovendo, nomeadamente, o alargamento dos esquemas de formação profissional e a criação de novas oportunidades de emprego;

b) Promoção do bem-estar e do progresso social, mediante:

Mais equitativa repartição dos rendimentos;

Melhor satisfação das necessidades sociais básicas em educação e cultura, saúde, segurança social e habitação;

c) Ordenamento do território e correcção dos desequilíbrios regionais, tendo em conta a valorização do factor humano e o aproveitamento das potencialidades naturais de cada região, nomeadamente nas áreas menos desenvolvidas.

Não obstante o carácter necessariamente genérico da formulação dos objectivos metropolitanos que se apontam como fundamentais para o plano de médio prazo, resulta evidente a intencionalidade a que obedecem e a forma como decorrem da análise e ponderação da situação interna e externa verificada no limiar do próximo hexénio.

8. Assim, a aceleração do crescimento económico virá a traduzir a necessária prossecução do robustecimento da capacidade produtiva nacional, no seguimento de um esforço que não deve abrandar e que a evolução recente mostra ser viável intensificar. Com efeito, os últimos dados disponíveis confirmam que durante o período de vigência do III Plano não se virá a ficar longe do ritmo de evolução do produto nacional que fora previsto como objectivo, nem dos valores absolutos previstos para 1973, e a análise feita sobre a evolução da economia portuguesa na última década mostra que esse resultado se conseguiu sem sobreesforço — antes sendo de admitir que hajam ficado potencialidades e recursos de diversa natureza susceptíveis de aproveitamento mais intenso ou de utilizações mais reprodutivas. Acelerar o crescimento económico é, por conseguinte, opção que, correspondendo ao reconhecimento de uma necessidade, assenta também na verificação fundamentada da viabilidade de uma orientação. A desagregação com que foi analisada e projectada a evolução do produto nacional acrescenta, todavia, qualificações importantes do ponto de vista

§ 4.º

Objectivos e políticas sectoriais

§ 3.º

Ordenamento do território e política regional

H) Quanto a documentação e informação científica e técnica sobre administração pública

21. Desenvolvimento das actividades de recolha e tratamento de documentação e de difusão sistemática de informação, carácter científico e técnico, sobre administração pública, tendo especialmente em vista o progresso e a generalização dos conhecimentos que interessam à modernização da Administração. Este objectivo será concretizado em articulação com o disposto no Plano em matéria de investigação e desenvolvimento tecnológico — objectivos e orientações fundamentais quanto a informação científica e técnica.

I) Quanto às relações da Administração com o público

22. *Desenvolvimento de mecanismos institucionais e técnicos que favoreçam o conveniente relacionamento entre o público e os serviços*, tendo especialmente em vista a informação e o acolhimento dos utentes, a participação dos interessados na formação da vontade administrativa e o constante aperfeiçoamento da «imagem» pública da Administração. A concretização deste objectivo compreenderá, nomeadamente:

- a) A criação e aperfeiçoamento de serviços de acolhimento e informação, incluindo o tratamento de queixas e reclamações nos diversos sectores da Administração;
- b) Melhoria do acesso dos utentes aos serviços, através da simplificação ou redução de formalidades e do estabelecimento de melhores condições de participação no processamento dos assuntos em que sejam interessados;
- c) Publicação e permanente actualização de um *guia da Administração do Estado*.

J) Outros objectivos

23. *Promoção da descentralização geográfica* dos serviços, organismos e instituições que seja possível deslocar dos grandes centros, como contributo para a melhor consecução das políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento regional.

24. Montagem e completa execução do sistema de *Registo Nacional de Identificação Pessoal*, instituído pela Lei n.º 2/73.

processo de industrialização, hoje de facto em curso no País, veio implicar o fenómeno da urbanização das populações, realizado, aliás, de modo deficiente, porquanto apenas significativo nas aglomerações de Lisboa e do Porto — onde, a par da concentração industrial, se verifica maior desenvolvimento urbano.

Por outro lado, o insuficiente volume de novos empregos oferecidos, aliado a sensíveis diferenças salariais em relação a outros países, tem conduzido uma apreciável parte da população portuguesa a procurar na emigração uma solução para os problemas da sua promoção humana e material; fenómeno, aliás, favorecido por um crescente fluxo de transmissão das ideias e dos factos, induzindo um alargamento dos horizontes de vida. Como consequência, o rápido despovoamento do meio rural constituiu um dos aspectos mais marcantes da evolução da sociedade portuguesa na última década.

A política regional deverá, pois, visar decididamente a criação de empregos remuneradores através da valorização das actividades económicas das várias regiões, bem como a melhoria das condições de vida das populações, mediante a evolução da ocupação do território segundo novos modelos de organização que lhes assegurem o acesso a equipamentos e serviços hoje considerados indispensáveis.

4. Se a intensificação dos movimentos migratórios evidencia aspectos negativos, eles constituem também, potencialmente, factores de estímulo à modernização e à melhor integração das populações numa sociedade que se desenvolve, como tal devendo ser entendidos e orientados.

Assim, os processos de urbanização e industrialização tanto poderão contribuir para acentuar os actuais desequilíbrios, concentrando o desenvolvimento em áreas restritas e mantendo estruturas sociais dualistas, como poderão representar factores fundamentais na dinamização e integração de regiões relativamente menos favorecidas. Efectivamente, nesta perspectiva, a promoção de novos centros urbano-industriais, para além da indispensável criação de condições de fixação para quem abandone o meio rural, será uma forma de induzir a transmissão de efeitos inovadores, quer no domínio das técnicas, quer no dos comportamentos sociais, dinamizando as populações para o desen-

volvimento e tornando-as mais aptas a colaborar na transformação e modernização da sociedade. De igual modo, se o êxodo rural provoca o despovoamento dos campos, constituirá também, quando orientado e acompanhado por adequadas reformas estruturais, contributo positivo para a evolução da agricultura e a diminuição da pressão demográfica.

5. Sob outra óptica se pode encarar igualmente a necessidade de uma política de fomento regional, partindo das potencialidades de desenvolvimento existentes nas diversas regiões do País. É fácil verificar, com efeito, que muitas delas se encontram deficientemente aproveitadas ou mesmo por aproveitar. De forma semelhante, a análise das situações regionais tem demonstrado a permanência de factores negativos e de estrangulamentos que obstem ao natural crescimento económico de vastas áreas — dificuldades que uma ajustada política de desenvolvimento terá de remover.

Sendo as políticas globais e sectoriais tradicionalmente formuladas em ordem à prossecução de objectivos nacionais e por órgãos da Administração Central, elas terão a ganhar em eficiência prática desde que possam ter também em conta os condicionamentos regionais, naturalmente diversos, com base nos quais se adoptem medidas específicas e concretas para as várias regiões da metrópole.

6. Acrescente-se, ainda, que a intensificação do dinamismo dos fenómenos de relação vem estreitando o sentido de interdependência e de solidariedade, bem como a necessidade de cooperação. É, pois, natural que se assista a uma crescente consciencialização dos problemas e a uma vontade de participação aos diferentes níveis da organização social — local, regional e nacional. Verifica-se, assim, que um dos fundamentos principais para uma política de desenvolvimento regional reside na conveniência de inserir no sistema de planeamento as justas aspirações e interesses detectáveis ao nível das regiões, como condição básica para se alcançar um processo de crescimento capaz de servir verdadeiramente as populações a que se destina.

7. Foram inventariados, na introdução do título sobre planeamento regional do III Plano de Fomento, os principais aspectos que a política de desenvolvimento

regional havia revestido, até então, no País, nomeadamente desde que, há cerca de dez anos, o Governo se propôs criar uma junta de planeamento económico regional, bem como quanto às acções sectoriais que tinham vindo a ser desencadeadas no âmbito de vários departamentos do Estado. A estas faltava, porém, perspectiva de enquadramento consubstanciada na formulação de uma política coerente de desenvolvimento regional, através da qual cada projecto deixasse de ser considerado individualmente, para se inserir em esquemas mais gerais de actuações complementares; faltava, igualmente, a fixação de prioridades para a valorização das parcelas mais aptas, em função de objectivos a prosseguir gradualmente quanto ao crescimento concertado do conjunto do território metropolitano.

8. Apenas com o III Plano de Fomento surgiu, claramente delineada, uma via de aproximação ao problema do planeamento regional em Portugal, quer através do estudo específico então apresentado, quer pelas acções que, subsequentemente e durante a respectiva execução, tiveram lugar à luz das directrizes adoptadas.

DeSTE modo, «a correcção progressiva dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento» foi uma das grandes finalidades inscritas no anterior Plano. E ainda nesta mesma via de desenvolvimento se definiu que as actuações a empreender durante o período de 1968 a 1973 seriam conduzidas com vista à prossecução de objectivos regionais, referentes ao equilíbrio da rede urbana, à expansão descentralizada da indústria e dos serviços e à progressiva especialização da agricultura regional. Foram paralelamente estabelecidas as orientações fundamentais de enquadramento à formulação de providências destinadas a alcançar os objectivos apontados, para além de terem sido consideradas condições prévias de uma política regional a delimitação de regiões de planeamento e a definição de uma orgânica correspondente.

A estes últimos pontos se deu posteriormente cumprimento com a publicação do Decreto-Lei n.º 48 905, de 11 de Março de 1969, o qual instituiu juridicamente as seis regiões-plano da metrópole, de acordo com os limites previstos no próprio texto do Plano, dotando-as de comissões de planeamento regional.

Convém recordar as preocupações então expressas no sentido de a referida orgânica, sem prejuízo de assegurar a coordenação regional, procurar «respeitar sempre a representatividade dos interesses locais em todas as fases do planeamento e a participação dos directamente interessados pela sua execução».

9. As tarefas que viriam a ser desencadeadas durante a execução do III Plano tiveram em conta a necessidade de distinguir duas ópticas de planeamento: as de médio e longo prazos. Esta última assentaria «na definição de um plano de ordenamento geral do território, com vista a proporcionar a melhor repartição dos factores produtivos em função dos recursos efectivamente utilizáveis».

Foi nesta linha que o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho submeteu ao Governo, em 1970, o relatório sobre Política de Ordenamento do Território, o qual mereceu aprovação na sua generalidade e veio a estar na origem da realização subsequente de uma série de estudos de aprofundamento nele propostos, versando, essencialmente, os instrumentos de actuação — quer institucionais, quer quanto a medidas de política — que haveriam de permitir a execução das directrizes preconizadas. Deste modo, aquele relatório veio constituir um instrumento essencial de enquadramento das acções de desenvolvimento regional empreendidas; a permanência das orientações fundamentais nele traçadas, pela validade de longo prazo que revestem, justifica que o IV Plano de Fomento as consagre em síntese mais adiante inserida.

Outras actuações vieram a ser desenvolvidas no âmbito dos programas anuais de execução do Plano, promovendo-se a regionalização das políticas e dos investimentos sectoriais. Neste domínio, as directrizes, no tocante ao ordenamento do território e a existência de órgãos regionais de planeamento, vieram preencher condições prévias para o aperfeiçoamento da programação regional que durante a execução do IV Plano de Fomento se irá promover, com a participação dos gabinetes de planeamento sectoriais.

10. No decurso do III Plano de Fomento decidiu o Governo que a área de Sines fosse designada para a implantação concentrada de um complexo de indústrias de base, facto que pode considerar-se como uma

primeira grande opção tomada quanto a realizações concretas no domínio do ordenamento do território. Efectivamente, o pólo urbano-industrial que naquela área surgirá destina-se a servir de instrumento à melhor organização espacial das actividades e do povoamento na parte sul do continente. Acentue-se, por outro lado, que tal decisão, implicando substancial esforço de investimento e com elevada prioridade de concretização, condiciona, naturalmente, o ritmo de realização de outras acções de sensível impacte no ordenamento do território.

B) Orientações fundamentais e estratégia global de ordenamento do território

11. A permanência e, em muitos casos, o agravamento dos problemas de natureza regional que o País vem enfrentando implicaram que se adoptasse como objectivo do IV Plano de Fomento *o ordenamento do território e a correcção gradual dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento*.

Pretende-se, deste modo, dar a indispensável sequência a orientações traçadas no anterior Plano e posteriormente aprofundadas no relatório sobre Política de Ordenamento do Território, ainda que com as reformulações que devem decorrer da evolução verificada, da experiência recolhida e dos estudos realizados.

O objectivo mencionado contém dois aspectos interligados e complementares. Com efeito, a inclusão expressa do ordenamento do território como finalidade a prosseguir assenta nos progressos entretanto alcançados quanto à elaboração de modelos de organização do espaço que, prospectivamente, melhor pareçam corresponder à satisfação das necessidades da população e à sua promoção sócio-económica. Assim, a política de desenvolvimento regional tomará como elemento enquadrador os esquemas de ordenamento do território, tanto à escala nacional como regional, os quais assumem, por conseguinte, carácter instrumental. Daí resultará que as actuações, visando, quer as formas da distribuição das populações e dos equipamentos sociais de que elas necessitam, quer a localização das actividades e das infra-estruturas económicas, concorrerão para a correcção progressiva dos

desequilíbrios regionais quanto a níveis de bem-estar, finalidade maior que se pretende atingir através da política regional.

12. Haverá que assegurar a necessária coerência entre a referida finalidade regional e outros objectivos gerais de desenvolvimento, tendo em conta que estes contemplam tanto o crescimento económico rápido e a elevação do rendimento real da população como a repartição mais equitativa dos frutos do desenvolvimento e a satisfação das necessidades sociais básicas. Apesar de o planeamento regional assentar necessariamente numa estratégia de longo prazo, procurar-se-á, através dele, realizar, ao nível de cada região, os objectivos nacionais ora adoptados.

13. Tem-se presente que o processo de crescimento será, na perspectiva do longo prazo, tanto mais consistente e concertado quanto maior for o concurso que cada região puder dar ao nível global; todavia, no período deste Plano terá de compatibilizar-se o desenvolvimento pretendido para as diversas regiões com as *exigências decorrentes do ritmo de crescimento apontado como objectivo para a economia nacional*.

Assim, haverá que ter-se em conta o peso fundamental que as áreas urbano-industriais de Lisboa e do Porto detêm na economia metropolitana, pelo que as actuações a empreender não deverão contrariar a sua expansão ou prejudicar o seu ulterior desenvolvimento. Mas, por outro lado, não poderão ser esquecidos os inconvenientes já sentidos pelo congestionamento provocado por uma excessiva polarização do crescimento, impondo-se, conseqüentemente, o aproveitamento de potencialidades e recursos de regiões que, de outro modo, deixariam de contribuir para o enriquecimento geral.

A política de ordenamento do território e fomento regional partirá, assim, das potencialidades próprias e reconhecidas de cada região, preocupando-se, prioritariamente, com a concentração dos investimentos nas zonas que, através da conjugação de actuações complementares, proporcionem, simultaneamente, maior rentabilidade e mais sensíveis efeitos, a longo prazo, sobre a racionalização da ocupação do espaço e os mecanismos de desenvolvimento de cada região.

A definição de políticas e a selecção dos empreendimentos obedecerão, pois, a critérios de rentabilidade sócio-económica — ainda que ultrapassando horizontes temporais restritos, sempre que se justifique a execução antecipada de projectos enquadráveis em previsões sobre a situação global do futuro.

14. A prioridade atribuída à concentração de esforços nas manchas do território com maiores potencialidades implica que a necessária valorização de outras áreas com menor incidência no crescimento global — mas muitas vezes com real interesse dentro de esquemas de desenvolvimento ao nível das regiões — seja fundamentalmente considerada no âmbito da regionalização dos programas sectoriais, tendo em conta esquemas de ordenamento pormenorizados a nível regional e as propostas dos órgãos regionais de planeamento.

Quanto às zonas onde não existam evidentes potencialidades a aproveitar por forma que assegurem às populações aí residentes níveis de vida compatíveis com o grau de desenvolvimento global do conjunto do território, entende-se que deverão continuar a ser alvo de «soluções provisórias que permitam o acesso a um mínimo de condições sociais, ainda que mediante a localização de equipamentos de carácter transitório» — como se indicava já no III Plano —, enquanto decorra o processo da sua fixação em áreas em desenvolvimento, processo que importa controlar e encaminhar, mais do que tentar sustentar.

15. Sob outra óptica se manifesta a contribuição de uma política de desenvolvimento regional para o crescimento pretendido da economia nacional: trata-se da criação de novas oportunidades de emprego nas várias regiões, de acordo com o imperativo decorrente das actuais condições sócio-económicas do País. A necessidade de sustentar a emigração exige, com efeito, a valorização das actividades produtivas nas regiões — nomeadamente a modernização da agricultura e o desenvolvimento da indústria e dos serviços —, por forma a assegurar às populações adequados níveis de rendimento e de remuneração do trabalho.

16. *A promoção do bem-estar e do progresso social da população* — outro objectivo geral deste Plano — encontra-se também intimamente ligada à política de ordenamento do território e de correcção de desequilíbrios regionais. Na realidade, a mais equitativa repartição de rendimentos — componente daquele objectivo — deve entender-se ao nível dos indivíduos, dos estratos sócio-profissionais, das actividades económicas e das regiões. Ora, é um facto que as desigualdades regionais no domínio da distribuição constituem, em grande parte, reflexo de outras assimetrias com que se debate a economia nacional.

Por outro lado, assinalado que aquele objectivo se prosseguirá igualmente através da melhoria da satisfação das necessidades sociais básicas, os esquemas de ordenamento do território fornecerão critérios para adequada localização dos equipamentos de saúde, educação e habitação. Por isso se considera de basear a organização do espaço, muito em especial, na estruturação de uma rede hierarquizada de centros urbanos e de apoio rural, a qual garanta o fácil acesso a serviços indispensáveis numa sociedade evoluída.

17. Assim, os princípios que enformam o objectivo do ordenamento do território e da gradual correcção de desequilíbrios espaciais são, esquematicamente, os seguintes:

- a) Maior equilíbrio regional de níveis de vida e de oportunidades de progresso social, mediante a criação de empregos adequadamente remuneradores e a localização mais conveniente dos equipamentos colectivos;
- b) Reforço das estruturas produtivas das regiões, conducente a maior competitividade e complementaridade pela diversificação e reconversão das suas actividades económicas;
- c) Concentração dos investimentos em áreas apresentando reais potencialidades de desenvolvimento, como exigência de compatibilização do crescimento global com o maior equilíbrio regional;
- d) Reestruturação da distribuição territorial da ocupação humana e da localização de actividades, fundamentada na concepção de uma rede urbana devidamente hierarquizada;

- e) Participação efectiva das populações, em orgânica representativa que assegure a inserção dos interesses regionais nas diversas fases do processo de planeamento.

Estratégia de ordenamento do território continental

18. O território continental pode caracterizar-se, genericamente, pela existência de apenas duas grandes áreas urbanas — a de Lisboa e a do Porto — que exercem forte poder de atracção sobre as populações, surgindo a restante parte como um vasto conjunto de manifesta repulsão demográfica. As dificuldades de fixação do elemento humano na maior parte do território e, em especial, o agravamento dos fluxos migratórios verificado na última década implicam a necessidade de assegurar maior dinamismo ao processo de desenvolvimento do Centro e do Sul do continente, bem como das zonas do interior, e, paralelamente, a de compensar o excessivo poder de atracção daquelas duas aglomerações.

Dois objectivos fundamentais são, pois, tidos em conta no delineamento da estratégia, visando, a longo prazo, uma organização melhor do espaço, a saber: *a descentralização do dinamismo de crescimento existente nas aglomerações de Lisboa e do Porto para as respectivas áreas de influência directa; e o estabelecimento de equilíbrios compensatórios respeitantes ao conjunto do continente.* A estratégia de ordenamento será, por conseguinte, orientada segundo duas linhas fundamentais de actuação:

- a) Aproveitar a expansão urbano-industrial das áreas de Lisboa e Porto, por forma a promover um processo de penetração do desenvolvimento, em especial para o interior, para isso definindo linhas de irradiação e promovendo centros de descongestionamento;
- b) Concentrar os investimentos em serviços e actividades económicas, de molde a compensar o excessivo poder de atracção daquelas duas aglomerações, estruturando regiões com suficiente grau de autonomia e dinamismo, baseadas em centros regionais com uma função de equilíbrio global.

à função estruturante e difusora que a área do Porto terá de desempenhar no ordenamento do território, levaram a adoptar como directrizes fundamentais:

- a) Acelerar o desenvolvimento sócio-económico da área urbana do Porto, no sentido de vir a constituir uma efectiva metrópole de equilíbrio em relação a Lisboa, o que pressupõe o incremento da sua atractividade a iniciativas económicas, o reforço das suas funções terciárias e o seu adequado apetrechamento em infra-estruturas;
- b) Aumentar o poder de difusão dos factores de desenvolvimento daquela área através da organização de eixos de irradiação, nomeadamente para o interior, em conjugação com a promoção de outros centros de crescimento.

Para tal, surgem como principais linhas de expansão do desenvolvimento a favorecer, as seguintes:

Para norte, tomando a área de Braga-Guimarães como pólo de crescimento urbano-industrial de promoção prioritária;

Para sul, em direcção a Aveiro, centro que surge integrado no sistema urbano-regional do Norte;

Para o interior transmontano, melhorando o sistema de comunicações, inclusivamente pelo aproveitamento das potencialidades do Douro como via navegável e promovendo a área apoiada no eixo Vila Real-Régua-Lamego.

21. Analisando seguidamente as potencialidades distribuídas pelo território não abrangido pela expansão directa das metrópoles de Lisboa e do Porto, com o objectivo de formular uma estratégia para a concentração dos investimentos, que, a longo prazo, permita compensar o poder de atracção daquelas duas aglomerações, verifica-se que a região do Centro apresenta boas perspectivas quanto a um desenvolvimento concertado, assente em relevantes e diversificados factores.

O desenvolvimento da região central do País basear-se-á na possibilidade de concentrar investimentos num novo eixo de desenvolvimento. Com efeito, Coimbra surge como aglomerado urbano importante, que deverá desempenhar efectivas funções de capital

regional através da expansão dos serviços — nomeadamente do terciário superior — e dos equipamentos disponíveis. Paralelamente, haverá que promover o potencial económico da área polarizável por Coimbra, com prioridade quanto ao desenvolvimento das actividades industriais, ao aproveitamento dos campos do Mondego, à expansão do turismo e à melhoria do porto da Figueira da Foz.

No interior, a Covilhã surge como o mais populoso e industrializado centro urbano, requerendo, contudo, acções de reconversão e diversificação da sua estrutura industrial, que assenta quase exclusivamente nos têxteis. As actuações com este objectivo deverão também ser conjugadas com a valorização de outras potencialidades da área envolvente, designadamente das aptidões agro-pecuárias da Cova da Beira, da zona turística da serra da Estrela e dos recursos minerais existentes.

A criação do referido eixo de desenvolvimento orientado para o interior, bem como a integração daquelas duas principais áreas de promoção, são aspectos essenciais, implicando que se considere prioritária a melhoria das infra-estruturas de ligação no sentido de Figueira da Foz-Coimbra-Covilhã.

22. Quanto ao Sul do País, deparam-se maiores dificuldades para a definição de uma estratégia de concentração de investimentos tendente a estruturar um espaço regional verdadeiramente autónomo. É certo que o Alentejo constitui uma unidade económica valorizada pelo sistema de aproveitamentos hidroagrícolas; contudo, na óptica do ordenamento do território surge, na sua quase totalidade, como área polarizada por Lisboa.

Por outro lado, a actuação concentrada sobre o Algarve, embora de grande importância em termos de equilíbrio do continente, não é de molde a produzir efeitos muito sensíveis quanto à atenuação da atracção dominante de Lisboa, bem como no que respeita à organização do espaço ao nível da região-plano do Sul. Na verdade, aquela sub-região encontra-se muito afastada do principal eixo económico do território e separada do Baixo Alentejo pela serra, pelo que a sua influência dificilmente se fará sentir na organização dessa área, que, com maior probabilidade, virá a sofrer os efeitos polarizadores do futuro centro

urbano-industrial de Sines. No entanto, e como reverso, é exactamente pela localização geográfica em relação a Lisboa que o Algarve tem condições para contribuir para melhor equilíbrio do território continental, porquanto poderá organizar-se com relativa autonomia em relação à capital. Constitui uma área com potencialidades diversificadas, quer no aspecto prioritário do desenvolvimento urbano-turístico, quer quanto a actividades primárias e secundárias, servida ainda por infra-estruturas de ligação satisfatórias, o que permite elegê-la, dentro da estratégia de ordenamento, como área de concentração de investimentos.

23. Merece particular atenção, dentro desta estratégia de ordenamento do território, a estrutura de povoamento do Sul do País, por forma a promover-se a fixação de populações e actividades e a concentrar equipamentos urbanos de escalão superior. Neste contexto, merecerá particular atenção a cidade de Évora, expressa na instalação de equipamentos económicos e sociais que lhe permitam o exercício de funções de apoio à escala da região do Sul e na concentração de investimentos em actividades económicas que aí se afigurem viáveis.

Quanto ao Algarve, não oferece dúvidas a função polarizadora do aglomerado urbano de Faro-Olhão, cujos efeitos à escala da sub-região serão reforçados através da localização concentrada dos mais importantes equipamentos sociais e serviços de que a mesma deve dispor e da melhoria prioritária do eixo rodoviário Barlavento-Sotavento.

24. Haverá ainda a considerar o aproveitamento ordenado de outras potencialidades que interessam à valorização de vastas áreas do continente. Com exclusão de Leiria-Marinha Grande, área urbana e industrializada situada no principal eixo de desenvolvimento do País, as diversas zonas susceptíveis de melhor aproveitamento enquadram-se nesta fase em espaços rurais passíveis de adequado ordenamento. Estão neste caso as áreas de maiores aptidões agrícolas, especialmente as zonas de regadio, requerendo estas também uma política de concentração de esforços através de esquemas integrados que abranjam a exploração, a transformação e a comercialização dos produtos. As actuações sobre o meio rural deverão

ser completadas pela organização racional de uma rede de centros de apoio, que, coordenada com os respectivos sistemas urbanos regionais, assegure a necessária prestação de serviços, quer às populações, quer às actividades económicas dominantes naquele meio.

Poderão ser também objecto de acções específicas de ordenamento rural determinadas áreas com viabilidade de constituírem parques nacionais. Refiram-se como exemplos o parque da Peneda-Gerês, integrado no que poderá vir a ser uma grande zona verde, englobando a área interior a norte do Cávado, a região de Basto e as serras de Barroso, Cabreira, Alvão e Marão, bem como certas zonas interiores, destacando-se alguns concelhos do sul do Baixo Alentejo, susceptíveis de reconstituição do seu revestimento natural, com vista a aproveitamento turístico complementar do da orla algarvia.

A existência de outras potencialidades ainda deficientemente avaliadas nas áreas menos desenvolvidas deverá ser objecto de cuidada atenção, por poderem vir a constituir elementos importantes no desenvolvimento desses territórios. Tal é o caso dos jazigos mineralíferos (Baixo Alentejo, Guarda, Trás-os-Montes), dos aproveitamentos integrados das grandes bacias hidrográficas (Douro, Tejo, Guadiana) e do impacto das correntes turísticas junto a determinadas áreas fronteiriças (Viana do Castelo, Guarda, Elvas).

Linhas gerais de desenvolvimento para as regiões insulares

25. A política de desenvolvimento das regiões dos Açores e da Madeira deverá orientar-se para uma transformação efectiva da situação actual, mediante a definição de esquemas que conduzam, por um lado, a maior integração das respectivas economias no espaço metropolitano e, por outro, a acentuada abertura ao exterior, pelo aproveitamento das virtualidades da localização geográfica, procurando, assim, utilizar como factor positivo de crescimento a condição de insularidade.

Deste modo, os esforços de desenvolvimento deverão seguir, prioritariamente, as seguintes directrizes:

- a) Melhoria do sistema de relações com o exterior, completando as infra-estruturas neces-

sárias e tornando mais eficiente o funcionamento do sistema de transportes, através da coordenação dos meios existentes e de adequados incentivos, por forma a aumentar os efeitos já conseguidos com a abolição de entraves à livre circulação de mercadorias no espaço metropolitano e a melhorar as possibilidades concorrenciais de colocação de produções locais nos mercados externos;

- b) Promoção de actuações tendentes ao estabelecimento de actividades secundárias e terciárias susceptíveis de integrar as regiões insulares em mercados de dimensão internacional, movimentando para o efeito meios de atracção de capitais e auxílio técnico externos e encaminhando para investimentos locais as remessas dos emigrantes;
- c) Efectiva inserção da economia das regiões insulares nos esquemas de desenvolvimento metropolitano, implicando um certo grau de especialização de actividades, com a possibilidade de as ilhas virem a desempenhar papel mais preponderante como fornecedoras do continente em alguns tipos de produção, sobretudo no campo da pecuária e nos domínios da fruticultura.

Perspectivas de evolução demográfica

26. As projecções demográficas apresentadas no quadro seguinte, ajustadas em função dos quantitativos populacionais previstos para o total do continente, ilustram, para o termo do período deste Plano, os reflexos que as opções anteriormente delineadas podem implicar.

De notar que se prevêem acréscimos de população em cinco distritos (Braga, Porto, Aveiro, Lisboa e Setúbal), enquanto a persistência das tendências reveladas durante a década de 1960-1970 apenas deixaria antecipar tais acréscimos para três (Porto, Lisboa e Setúbal).

Por outro lado, prevê-se, em resultado das acções de fomento regional programadas, certa redução das taxas de repulsão que têm vindo a verificar-se nos outros distritos, inclusivamente para os do interior do continente.

Esta inflexão de tendências que é possível prever, com a prudente expressão numérica aconselhada pela extrema dificuldade de rápida e substancial alteração das tendências verificadas, afigura-se como realizável, atentos os efeitos promocionais que podem esperar-se do adequado aproveitamento das potencialidades inventariadas e de decisões já tomadas ou em execução. De salientar, neste último contexto, os resultados da implantação do complexo de Sines, da aceleração do desenvolvimento da área metropolitana do Porto e da designação de Braga-Guimarães e de Coimbra como pólos de crescimento urbano-industrial.

**Projecções da população residente para o final do IV Plano,
por regiões, sub-regiões e distritos**

(1000 habitantes)

Regiões, sub-regiões e distritos	1970	1979
Região do Norte	2 583,5	2 627,9
Sub-região do interior	437,8	348,3
Vila Real	261,8	214,7
Bragança.....	176,1	133,6
Sub-região litoral.....	2 145,7	2 279,6
Viana do Castelo.....	247,9	223,5
Braga	601,9	659
Porto	1 295,9	1 397,1
Região do Centro	2 180,5	2 027,5
Sub-região do interior	866,4	713,4
Viseu	404,7	351,2
Guarda	206,4	157,5
Castelo Branco	255,4	204,7
Sub-região litoral.....	1 314	1 314,1
Aveiro	538	558,4
Coimbra	402	394,2
Leiria	374	361,5
Região de Lisboa	2 458,4	2 801,3
Sub-região interior	422,9	405,3
Santarém	422,9	405,3
Sub-região litoral	2 035,5	2 396
Lisboa	1 569	1 807,8
Setúbal	466,5	588,2

Regiões, sub-regiões e distritos	1970	1979
Região do Sul	792,2	672,7
Alentejo	521,4	427,8
Portalegre	145,3	117,6
Évora	174,4	153,2
Beja	201,7	157
Algarve	270,8	244,9
Faro	270,8	244,9
Continente	8 014,6	8 129,5
Região dos Açores	284,1	248,9
Região da Madeira	246,4	224,2
Metrópole	8 545,1	8 566,7

C) Objectivos regionais e domínios de actuação prioritária

27. Tendo em conta que uma das grandes finalidades do Plano reside no melhor ordenamento do território e na maior harmonização geográfica do processo de crescimento, deduzem-se os seguintes objectivos de natureza especificamente regional:

- a) Desenvolvimento da rede urbana, mediante a hierarquização dos centros que a integram, a melhoria dos equipamentos económicos e sociais com que deve contar e a utilização sistemática de métodos adequados de planeamento urbanístico;
- b) Expansão descentralizada da indústria e dos serviços, traduzida na promoção de pólos de crescimento e na criação de parques industriais, de harmonia com as orientações gerais do ordenamento do território;
- c) Valorização do meio rural, através da orientação prioritária dos investimentos para as áreas com maiores potencialidades de desenvolvimento agrícola e da definição de uma rede de centros de apoio rural a dotar dos equipamentos correspondentes a esse escalão;
- d) Reforço das estruturas orgânicas de apoio ao planeamento regional, tendo em conta os requisitos de concretização da política de

ordenamento do território e a necessidade de participação efectiva das populações na preparação das decisões de interesse regional, bem como no acompanhamento da sua execução.

De acordo com estes objectivos serão desenvolvidas durante o período do Plano as acções prioritárias que a seguir se explicitam.

Ordenamento das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto

28. O desenvolvimento das aglomerações urbanas de Lisboa e do Porto continuará naturalmente a ter lugar, justificando-se que a organização de duas áreas metropolitanas e a difusão dos seus efeitos para o interior das regiões que polarizam mereçam elevada prioridade durante o próximo período de planeamento.

A elaboração dos planos directores para estas duas áreas constitui requisito indispensável para a resolução dos complexos problemas que as afectam, bem como para o cabal desempenho das funções económicas e sociais que no quadro geral do ordenamento do território lhes são reconhecidas. Para além de vir a dispor-se de instrumentos de orientação urbanística, importará promover a racionalização no domínio da implantação dos equipamentos, por forma a obstar ao seu congestionamento e a conferir relativa autonomia às principais zonas habitacionais e ainda assegurar a melhoria das ligações — especialmente por transportes públicos — entre os vários núcleos das áreas metropolitanas. No campo das actividades económicas, requerem estas áreas estruturas produtivas modernas e competitivas à escala internacional, providenciando-se, em particular, no sentido de reforçar os seus serviços terciários e de impor uma acção disciplinadora na localização de estabelecimentos, através da delimitação de adequadas zonas industriais.

29. Para a área de Lisboa foi já elaborado o Plano Director de Desenvolvimento Urbanístico, em cumprimento da Lei n.º 2099, de 14 de Agosto de 1959, cuja revisão, de acordo com o Decreto-Lei n.º 17/72, de 13 de Janeiro, se encontra em curso, visando, em especial, o seu enquadramento nas directrizes do pla-

neamento regional definidas no III Plano de Fomento, designadamente no que respeita às linhas de irradiação do desenvolvimento para regiões mais vastas, atrás delineadas na exposição da estratégia de ordenamento do território continental.

Semelhante orientação decorre do Decreto-Lei n.º 124/73, de 24 de Março, que manda promover a elaboração de um plano geral para a região do Porto. Impõe-se, com efeito, dotá-la de um plano de ordenamento incidindo na reestruturação urbana e na racionalização dos equipamentos, das infra-estruturas e das implantações industriais. Em particular, serão tomadas em conta a tendência da cidade do Porto para se transformar em centro de serviços de cúpula e, por outro lado, as linhas de difusão do desenvolvimento a promover, já atrás enunciadas.

30. Os trabalhos, actualmente em curso, dos Gabinetes dos Planos Directores de Lisboa e do Porto correspondem a fases prévias de uma gestão metropolitana integrada, a qual deverá vir a iniciar-se durante a execução deste Plano. O alastramento do fenómeno urbano para além dos limites administrativos — concelhos e distritais — e, igualmente, os problemas de coordenação e integração dos aspectos físicos, sociais e económicos do desenvolvimento, tornam, com efeito, necessário rever as estruturas administrativas e institucionais. Tem-se em vista criar para cada área um *órgão metropolitano* com competência e responsabilidade para impulsionar e acompanhar a elaboração, execução e permanente actualização dos planos directores do ordenamento espacial da respectiva área de intervenção.

Hierarquia da rede urbana

31. Constitui orientação fundamental deste Plano a hierarquização progressiva dos centros urbanos, de acordo com as funções que devam caber-lhes quanto ao apoio à população e às actividades económicas das respectivas áreas de influência, considerando-se para o efeito diversos escalões da rede urbana, abrangendo as metrópoles, os centros regionais e sub-regionais, bem como outros centros de menor dimensão destinados ao apoio rural.

Procurar-se-á deste modo, enveredar decididamente por uma política voluntarista quanto ao crescimento urbano, orientando as migrações internas para centros de atracção devidamente dimensionados e organizar concomitantemente o espaço com base em aglomerados populacionais de categorias definidas — nomeadamente em cidades que, no contexto português, possam ser classificadas de dimensão média.

32. Os critérios de selecção e hierarquização dos centros urbanos terão, naturalmente, de integrar-se na estratégia global de ordenamento do território, à qual se levanta como problema principal, neste domínio, a ausência de aglomerações, no centro e no sul do País, com dimensão e características adequadas ao desempenho de funções regionais — verificado, como está, não ser possível nem desejável confiar apenas às metrópoles de Lisboa e do Porto o exercício efectivo dessas funções.

Tornando-se, assim, essencial a definição e promoção de centros regionais estruturantes do território e que contribuam para maior equilíbrio urbano do continente, permitiram os estudos de ordenamento seleccionar com segurança o aglomerado de Coimbra, que se integra no esquema de desenvolvimento delineado para a região do Centro, quer pelas funções que já desempenha, quer pela sua dimensão e localização no principal eixo económico do continente. Quanto ao Sul do País, Évora surge, naturalmente, como o centro regional a eleger e valorizar.

33. A consistência do sistema urbano depende também do conjunto de centros que, a níveis inferiores, garantam a transmissão da influência dos aglomerados mais importantes e correspondentes serviços a todo o território. As decisões tomadas quanto à classificação de centros que poderão preencher outros escalões da rede urbana são as seguintes:

Centros sub-regionais principais: Braga-Guimarães, Aveiro, Leiria-Marinha Grande, Sines e Faro-Olhão;

Outros centros sub-regionais: Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Covilhã, Santarém e Beja.

Estudos posteriores poderão conduzir à revisão desta hierarquia e à selecção de outros centros urbanos, além daqueles que, pelas suas características e menores dimensões, melhor se incluem em classificação adequada à organização do espaço rural. Nesta perspectiva, contudo, se salientam alguns deles que, pelas suas funções administrativas ou por apoiarem directamente áreas prioritárias de desenvolvimento agrícola mais adiante referidas, foram já apontados nos estudos de ordenamento do território: Chaves, Mirandela, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Fundão, Figueira da Foz, Portalegre, Ponte de Sor, Coruche, Elvas, Alcácer do Sal, Ferreira do Alentejo, Aljustrel e Odemira.

34. A hierarquização dos aglomerados populacionais enquadrar-se-á na política de concentração dos investimentos, já que os centros seleccionados serão considerados preferenciais para a localização de actividades e serviços. As infra-estruturas sociais serão distribuídas consoante o papel a desempenhar por cada centro urbano, em especial no que se refere aos equipamentos de saúde, educação, habitação e recreio.

Foram já realizados estudos tendentes à definição de tipologias de equipamento para os diversos níveis da rede urbana, estudos esses que estão sendo prosseguidos, tanto no plano técnico como no da sua aplicação por via administrativa. Os resultados desses trabalhos constituirão suporte fundamental para permitir que a Administração programe coordenadamente a instalação das infra-estruturas sócio-económicas, assegurando a sua racional localização e dimensionamento e promovendo a respectiva execução de acordo com a função promocional que lhes é geralmente reconhecida. A ilustrar estas orientações refere-se a criação de novas Universidades e de outros estabelecimentos de ensino superior, cuja escolha teve em conta as directrizes do ordenamento do território, aliás válidas, também, para a progressiva estruturação da rede escolar, actualmente em curso de realização.

35. A política que vai seguir-se, visando um processo deliberado e orientado de urbanização, implica ainda que se dê particular atenção à elaboração de adequados planos de ordenamento físico para os centros mais importantes da hierarquia urbana. Por um

lado, estarão em causa planos urbanísticos que se integrem em esquemas mais vastos de organização do espaço, assegurando a difusão das funções que ao centro cabem, numa perspectiva essencialmente evolutiva. Por outro, impõe-se uma coordenação eficaz dos equipamentos e das infra-estruturas urbanas, exigindo que se proceda a análises de existências e carências, com o objectivo de estabelecer uma programação que permita apetrechar cada aglomerado para o desempenho efectivo das referidas funções.

Nesta linha se insere já a publicação dos Decretos-Leis n.ºs 560 e 561/71, de 17 de Dezembro, referentes à elaboração, apreciação e aprovação dos planos de urbanização, bem como ao seu financiamento e requisitos a que devem obedecer. Contudo, conforme se anunciou no preâmbulo do primeiro daqueles diplomas, encontra-se em estudo uma profunda revisão da legislação neste domínio, devendo, no decurso do IV Plano, proceder-se à publicação de um verdadeiro código de urbanismo. Igualmente a criação da Secretaria de Estado de Urbanismo e Habitação veio constituir um ajustamento de orgânica, a nível central, indispensável para a prossecução de finalidades que, no domínio urbano, são consignadas neste Plano, aspecto que deverá, porém, ser completado com o reforço das capacidades de planeamento e de execução à escala local.

Expansão descentralizada da indústria e dos serviços

36. As directrizes fundamentais a prosseguir quanto à regionalização da indústria e dos serviços complementares serão a natural continuidade das indicadas no III Plano de Fomento, informadas agora por decisões posteriores, designadamente as decorrentes da aprovação pelo Governo das orientações quanto ao ordenamento industrial do território e da promulgação da Lei de Fomento Industrial.

Reafirma-se, por consequência, a validade da política de concentração de recursos em áreas seleccionadas em função das potencialidades que revelem quanto à criação de economias externas geradoras de dinamismo de crescimento auto-sustentado e à indução de efeitos sobre as respectivas zonas de influência. Nessas áreas serão criadas condições atractivas de localização de empreendimentos industriais, por forma

que os mesmos não percam eficiência e rentabilidade interna em relação à sua implantação nas zonas actualmente de maior aglomeração urbano-industrial.

Por outro lado, uma das finalidades fundamentais apontadas na Lei de Fomento Industrial será a de «contribuir para o equilíbrio regional do desenvolvimento económico e social», para o que se deverá «suscitar ou apoiar a criação de pólos industriais de desenvolvimento regional atendendo às condições especiais de determinadas regiões e aos requisitos do desenvolvimento global».

37. A estratégia de ordenamento industrial que vem sendo elaborada tem em conta as seguintes necessidades essenciais:

- a) Seleccionar áreas de desenvolvimento industrial, em conjugação com as opções quanto à rede urbana, e definir as principais linhas de irradiação do crescimento a partir dos centros que actualmente revelam maior dinamismo;
- b) Reconverter ou diversificar as estruturas produtivas de áreas com deficiente composição do produto industrial, ou, mesmo, sob o ponto de vista da indústria, em estado de depressão;
- c) Reorganizar a estrutura espacial de áreas de elevada aglomeração urbano-industrial mas revelando deficiente distribuição das populações e das actividades.

A integração destes elementos na estratégia global de ordenamento do território conduziu à identificação de três domínios principais de actuação, que são os seguintes:

Organização e racionalização do processo de desenvolvimento urbano-industrial do litoral do Norte;

Promoção de pólos de crescimento no contexto dos equilíbrios do conjunto do continente;

Descentralização organizada do processo de expansão industrial a partir da área metropolitana de Lisboa.

A tradução destas orientações em termos de núcleos urbanos levou o Governo a adoptar como áreas de promoção industrial as seguintes, indicadas segundo uma ordem de prioridade a rever em função da receptividade e dinamismo locais que venham a revelar-se: *Sines, Braga-Guimarães, Coimbra, Covilhã, Évora, Torres Novas-Tomar-Abrantes e Faro-Olhão.*

38. Na perspectiva do hexénio de 1974-1979 reconhece-se, contudo, a inviabilidade de desencadear uma política de industrialização regional acelerada através da promoção simultânea de todas as áreas indicadas, não só pelos recursos financeiros a mobilizar para o efeito, mas também pela necessidade de concentrar esforços para que se possam rapidamente colher benefícios significativos das economias de aglomeração. Presente este condicionalismo, pretende-se prosseguir uma política de promoção mais activa em algumas daquelas áreas para o efeito consideradas como prioritárias, designando-as como *pólos de crescimento*.

O Governo decidiu já iniciar tal política com a escolha de *Sines* para a implantação concentrada de indústrias de base, a prosseguir com outros tipos de actividades e serviços, o que se insere na linha da expansão descentralizada da área urbano-industrial de Lisboa. Considera-se viável vir a designar outros pólos durante o 1.º triénio de execução do IV Plano, podendo a respectiva revisão vir a aconselhar a selecção de mais alguns. Entretanto, são desde já consideradas áreas prioritárias de promoção industrial (*pólos de crescimento*):

- a) *Braga-Guimarães*, opção com a qual se visa promover a reestruturação do tecido urbano da sub-região litoral do Norte; criar uma área de concentração do crescimento industrial, diversificada e dinâmica, em complementaridade com a expansão da aglomeração do Porto; aproveitar potencialidades urbanas, demográficas e de tradição industrial existentes naquela área; servir, como possível ponto de apoio, à irradiação do desenvolvimento mais para o interior;
- b) *Coimbra*, que surge com a prioridade seguinte, considerando a função de equilíbrio global que lhe foi atribuída na estratégia de ordenamento do território, as suas potenciali-

dades de desenvolvimento como centro urbano e a conveniência de especialização funcional de subzonas deste dependentes, assegurando ao conjunto uma estrutura de actividades concertada.

39. Os pólos de crescimento serão oficialmente instituídos, através de via legal ou administrativa, a partir dos estudos de ordenamento do território, com o objectivo de delimitar geograficamente a área a estimular — à semelhança, aliás, do procedimento seguido quanto a Sines.

O Governo providenciará, em especial, no sentido da criação prioritária de parques industriais naqueles pólos, de acordo com a Lei de Fomento Industrial. Sendo os parques concebidos como aglomerações planeadas de indústrias, serão levados a efeito, em colaboração com os órgãos regionais de planeamento, estudos tendentes à determinação de sectores preferenciais, tendo em conta os condicionalismos em que vão inserir-se e a necessidade de dotar as regiões com estruturas diversificadas, e apoiadas em sectores motores do desenvolvimento.

As empresas que localizem os seus estabelecimentos industriais nos pólos de crescimento beneficiarão automaticamente de incentivos fiscais e financeiros de graduação suficientemente elevada para que exerçam efectiva atracção de investimentos.

Acentua-se que a designação de um número restrito de pólos permitirá ao Governo prosseguir uma actuação intensiva no domínio dos equipamentos urbanos de acolhimento e das infra-estruturas que assegurem a integração dessas zonas na economia nacional e internacional, bem como promover os serviços terciários complementares da indústria.

40. Em relação às áreas de promoção industrial que para o período deste Plano não forem consideradas pólos de crescimento, adoptar-se-á o procedimento de estender, embora com menor graduação, os estímulos previstos, por forma a preparar as bases da sua posterior consideração em esquemas de industrialização mais acelerada. Paralelamente, irão tais áreas sendo dotadas com adequadas condições de acolhimento dos estabelecimentos industriais que a elas queiram acorrer. Outras medidas específicas irão sendo, entretanto,

preparadas, destacando-se as *actuações de reconversão da indústria têxtil na Covilhã e a localização preferencial de indústrias agro-pecuárias em Évora*.

A selecção de áreas de promoção industrial — e, em particular, a utilização dos pólos de crescimento como instrumentos básicos da política de ordenamento industrial — não significa, naturalmente, que se exclua a possibilidade de localizar indústrias noutras zonas do território; mas implica, certamente, que será dado tratamento mais favorável a todos os problemas relacionados com o desenvolvimento das áreas promocionais, limitando-se a actuação, quanto às restantes zonas, à definição de orientações urbanísticas condicionantes das implantações industriais, deixando imediatamente à iniciativa municipal ou privada a promoção do seu melhor aproveitamento.

41. O crescimento da área metropolitana de Lisboa, cujo estágio de desenvolvimento lhe permite prescindir de determinados tipos de indústrias — nomeadamente as que utilizam elevado volume de mão-de-obra não especializada — deverá vir a processar-se com base em critérios de selectividade, cujo estudo será empreendido.

Já no que respeita à zona industrializada do Norte, constituída por uma mancha que se estende de Braga a Aveiro, a orientação básica a seguir será a de modernizar as estruturas produtivas, em especial pelo desenvolvimento de novas actividades com função dinamizadora da expansão industrial.

De notar que a demonstrada capacidade da aglomeração urbana do Porto para fixar populações e o ritmo de crescimento da indústria no conjunto do distrito de Aveiro aconselham, de preferência, medidas de organização destinadas, sobretudo, a orientar o crescimento urbano-industrial — incidindo os esforços de promoção propriamente dita no pólo de Braga-Guimarães.

Áreas agrícolas de desenvolvimento integrado

42. As possibilidades de desenvolvimento e ordenamento do meio rural apresentam-se intimamente dependentes da criação de um conjunto de áreas capazes de agir como núcleos dinamizadores do crescimento e integradores de diferentes actividades nos domínios da agricultura, da indústria e dos serviços.

Assim, a política de ordenamento do território, no que respeita ao espaço rural, levou, como primeira prioridade, à consideração de áreas potenciais de regadio com viabilidade de desenvolvimento agrícola integrado — ou, simplesmente, *áreas integradas*. Nelas se concentrarão acções incidindo directamente sobre a produção agrícola, mediante esquemas de agricultura intensiva e modernizada, e outras complementares, sobre as infra-estruturas, os equipamentos e a formação profissional, por forma a promover a implantação de indústrias transformadoras dos produtos agro-pecuários e a assegurar a existência de adequados sistemas da comercialização.

Obedecerão estas actuações às orientações bem precisas de racionalizar as estruturas fundiárias e a ocupação dos solos e de concentrar os investimentos, tendo em vista a sua máxima rentabilidade e generalização de efeitos. O que, a longo prazo, se pretende é ajustar a distribuição da população rural aos recursos naturais e à mais conveniente implantação dos equipamentos e dos serviços.

43. As áreas que beneficiaram da implantação de grandes obras de rega e as susceptíveis de virem a ser valorizadas com futuras infra-estruturas hidráulicas aparecem, pelos investimentos já realizados ou pelas potencialidades naturais que apresentam, como as que melhor podem responder a acções concentradas de desenvolvimento.

Assim, no decurso do IV Plano de Fomento, serão consideradas como passíveis de aproveitamento integrado áreas já valorizadas por importantes obras de aproveitamento hidroagrícola ou susceptíveis de o virem a ser: as abrangidas pelo Plano de Rega do Alentejo, designadamente os aproveitamentos do *Caia*, *Évora*, *Roxo*, *Mira*, *Alto Sado* e *Odivelas*, considerando também as áreas relacionadas com aproveitamentos anteriores, *Vale do Sado* e *Campilhas*, e, ainda, as que resultarem do aproveitamento de *Alqueva*, no *Guadiana*; *Mondego*; *Cova da Beira* e *Campina da Idanha*; *Chaves* e *Vila Pouca de Aguiar*; *Vale da Vila-riça*, e regadios do conjunto formado por *Macedo de Cavaleiros*, *Alfândega da Fé* e *Mirandela*; *Vale do Lima*.

Trata-se, evidentemente, de enumeração não exaustiva, em que não figuram, nomeadamente, áreas re-

gadas, ou com aptidão para o regadio, situadas em zonas onde pode reconhecer-se a existência de processos induzidos de desenvolvimento (vales do Tejo e do Sorraia, bem como o previsto alargamento do regadio pelo aproveitamento da rede hidrográfica do Algarve).

44. Considerar-se-ão como merecedoras de atenção todas as áreas agrícolas de desenvolvimento integrado anteriormente referidas, pelo que só razões de oportunidade, receptividade e dinamismo local, ou a ausência de infra-estruturas de regadio, condicionarão a natureza e o grau das acções a empreender. Entende-se, com efeito, que estas acções de promoção são contributo importante — mas não, evidentemente, a condição suficiente — para que se atinjam as metas programadas para o crescimento e modernização do sector agrícola. Por outro lado, atender-se-á a que a valorização destas áreas assuma papel essencial nos esquemas de desenvolvimento de algumas regiões, nomeadamente quanto ao aproveitamento de elevadas potencialidades agrícolas no Sul e interior do continente — de que são exemplos frisantes a Cova da Beira e o vale da Vilarica — propícias a acções concentradas que, a breve prazo, poderão ter reflexos visíveis sobre o aumento e diversificação das produções agrícolas.

Igualmente se terá em conta que o elevado volume dos investimentos já feitos em algumas áreas com a implantação das infra-estruturas hidráulicas básicas justifica que rapidamente se recolha delas o máximo de benefícios, por forma a assegurar a esses empreendimentos uma razoável taxa de rentabilidade económica.

Será, ainda, dada particular atenção à inserção do esforço de promoção das áreas integradas no desenvolvimento urbano-industrial, no sentido de assegurar eficazmente, em termos de preço, qualidade e diversificação de produtos, os abastecimentos indispensáveis às populações urbanizadas — preocupação que o caso de Sines expressivamente ilustra.

45. Proceder-se-á à delimitação geográfica das áreas que foram referidas — que não terão de coincidir, antes naturalmente ultrapassarão as zonas dominadas ou a dominar pelas obras de rega. A hierarquiza-

ção da rede urbana e, especialmente, a selecção de centros de apoio rural, completará a convergência das acções requeridas para obtenção dos efeitos visados com a concentração de esforços nas áreas agrícolas de desenvolvimento integrado.

A estas áreas aplicar-se-ão, também, os esquemas de incentivos fiscais e financeiros já referidos a propósito da regionalização da política industrial. Por outro lado, os programas de construção de infra-estruturas de base — nomeadamente de transportes, comunicações e energia — serão orientados em conformidade com aquelas escolhas.

Para efeitos de elaboração e execução dos planos gerais estruturantes das áreas integradas, serão definidos, a nível central e por via legislativa, o grau de responsabilização e as articulações entre os organismos competentes dos vários Ministérios, no intuito de guarnecer aquelas áreas com a gama de infra-estruturas sectoriais indispensáveis ao arranque e projecção do seu desenvolvimento. A aprovação dos referidos planos, da competência do Governo, vinculará os organismos referidos mediante a publicação de diplomas legais especificando os respectivos campos de actuação, bem como as condições de financiamento.

Igualmente se imporá para cada área ou conjunto de áreas, a criação de uma entidade responsável pela administração e gestão das obras, dispondo de autonomia administrativa e financeira e de quadros técnicos adequados para o estabelecimento de programas de produção, transformação e comercialização dos produtos e, ainda, com competência para a execução de infra-estruturas e equipamentos complementares das obras de rega, necessárias ao fomento das produções e à promoção social.

Coordenação das actuações para o ordenamento do espaço rural

46. Muito embora, em algumas regiões, as áreas rurais se encontrem inseridas em manchas mais densas de desenvolvimento económico e demográfico, grande parte do território do continente, apresenta e continuará a apresentar, por tempo apreciável, carácter predominantemente rural.

O ordenamento do meio rural envolve, portanto, a maior parte do território e interessa a um importante

quantitativo de população que suporta acentuadas carencias, no tocante às condições de vida e aos meios de promoção económica e social. O que está, basicamente, em causa é o estabelecimento de critérios conducentes a maior racionalidade na utilização das aptidões dos solos, à remodelação de estruturas fundiárias e à implantação de infra-estruturas rurais, actividades económicas e equipamentos sociais concentrando, sempre que possível, os investimentos, para maior eficiência e permanência de efeitos em benefício das populações rurais. Será esta a via para melhor conduzir o território a situações de equilíbrio entre a população e os recursos existentes.

47. A política de ordenamento rural deverá, assim, responder às seguintes exigências fundamentais:

- a) Dar conteúdo, aos níveis nacional e regional, a um plano orientador da ocupação dos solos no espaço rural, de acordo com as respectivas potencialidades, e conducente à correspondente afectação a actividades agrícolas, industriais e turísticas, bem como à racional implantação das infra-estruturas rurais (viação rural, abastecimento de água, esgotos, electrificação rural);
- b) Possibilitar que a programação dos equipamentos sociais (habitação, saúde, educação e recreio) obedeça a critérios precisos de localização, tendo em conta uma hierarquização da rede de centros rurais;
- c) Evitar que se formem «bolsas de vazio» na ocupação humana no meio rural, como resultado de um processo incontrolado de despovoamento e degradação do ambiente natural, conduzindo a situações onde a actividade económica se torne impraticável por se caminhar aceleradamente para a desertificação.

A organização racional do espaço rural há-de, assim, resultar da combinação de actuações em dois grandes domínios:

Definição das *zonas prioritárias de intervenção* (para além das áreas integradas referidas), a

modular em função das respectivas potencialidades — e execução dos correspondentes empreendimentos sectoriais, quer se destinem ao fomento de produções ou à construção de infra-estruturas, quer se trate de programas de desenvolvimento e de equipamento rural;

Seleccção concomitante dos *centros populacionais* destinados a constituir a rede de apoio rural e a orientar a localização preferencial de equipamentos socio-económicos e de infra-estruturas capazes de motivar e sustentar o crescimento das actividades económicas.

48. É nesta perspectiva que importa conduzir as actuações no âmbito dos programas anuais de execução deste Plano, devendo os empreendimentos sectoriais mencionados reger-se pelo princípio da selectividade e ser objecto de efectiva coordenação, ao nível dos diferentes organismos executores.

Consequentemente, a concretização desta política selectiva e coordenada de actuações para a valorização do espaço rural, com base em áreas e centros prioritários de intervenção, requer o estabelecimento de um quadro operacional no qual se insiram os programas de desenvolvimento e de equipamento rural.

Para tal se prevê que a coordenação de actuações venha a ser tecnicamente estabelecida e institucionalmente articulada do seguinte modo:

- a) As Comissões de Planeamento Regional colaborarão com os órgãos ministeriais e locais na definição, para cada região, dos domínios prioritários de intervenção. Estes serão não só as áreas rurais cujas potencialidades ou problemas específicos justifiquem uma actuação coordenada de fomento, mas também os principais aglomerados populacionais destinados a constituir os elementos hierarquizados da rede de apoio rural;
- b) A nível central, e em âmbito interdepartamental, serão estabelecidos programas coordenados de desenvolvimento e de equipamento rural, a partir dos domínios prioritários definidos e que o Governo venha a aprovar;

- c) Os empreendimentos sectoriais a incluir nos programas serão especificados pelos órgãos competentes dos diversos ministérios, respeitantes principalmente a:

Acções de fomento de produções agrícolas e de reestruturação fundiária (áreas de emparcelamento, de agricultura de grupo, etc.);

Equipamentos ou medidas relativos à melhoria dos circuitos de comercialização e aos processos de transformação dos produtos agro-pecuários;

Infra-estruturas rurais (viação rural, electrificação, abastecimento de água e esgotos) nos principais aglomerados da rede de apoio rural;

Equipamentos de carácter urbano e social nos principais aglomerados da rede de apoio rural relacionados com as áreas em desenvolvimento (rede escolar, habitação e bem-estar rural, centros de saúde, estabelecimentos de protecção materno-infantil, etc.);

Acções visando a formação profissional, assim como cursos de extensão agrícola familiar;

- d) Uma vez compatibilizados os empreendimentos sectoriais sobre a forma de programas de desenvolvimento e de equipamento das diferentes áreas rurais, serão estes submetidos à aprovação do Governo, para inclusão nos programas anuais de execução do IV Plano de Fomento.

Para as áreas consideradas críticas, onde a agricultura não evoluída aparece como actividade exclusiva ou predominante e sem grandes potencialidades de desenvolvimento e de fixação de populações, serão também definidos programas sectoriais com vista a minorar os seus problemas mais urgentes, mas, também, a orientar os excedentes populacionais no sentido de se localizarem em áreas em desenvolvimento.

Região dos Açores

49. A partir do conhecimento dos principais problemas da situação económica e social dos Açores, consideram-se como *acções prioritárias* a encetar ou a prosseguir no decurso deste Plano, as seguintes:

- a) Estudo e estabelecimento das bases de um sistema coordenado de transportes para a região, tendo em vista alcançar, como principais objectivos:

A efectiva integração de cada uma das ilhas no contexto da região e desta no conjunto metropolitano. Este objectivo deverá alcançar-se independentemente de considerações de rentabilidade imediata ao nível da economia dos transportes, de modo a poder assegurar-se, para cada ilha, um serviço mínimo adequado, a definir quanto à sua natureza (aéreo ou marítimo), frequência e tarifas;

- A diversificação e o desenvolvimento das actividades económicas considerando-se como desejável certo grau de antecipação das infra-estruturas e dos serviços em relação às necessidades actuais. Assim se procurará conseguir o efeito de indução e incentivo capaz de reforçar a economia açoriana, mediante aumento das exportações de produtos da pecuária, maior apoio ao desenvolvimento da pesca, estímulo para a fixação de novas indústrias e arranque do turismo;

Contribuição relevante para a consecução destes objectivos será a execução escalonada do plano portuário dos Açores, recentemente aprovado, considerando-se, para o efeito, prioritários os projectos respeitantes aos portos da ilha Terceira, de Ponta Delgada, Horta, Vila do Porto e Cais do Pico e ao terminal *ferry-boat* da Madalena;

- b) Elaboração de um plano de ordenamento territorial dos Açores, por forma a definir prioridades para a implantação dos equipamen-

tos de educação e de saúde, da rede de caminhos de penetração e das redes eléctricas e de abastecimento de água necessárias à cobertura da região;

- c) Elaboração e execução de um programa concertado de actuações tendentes ao fomento da produção pecuária;
- d) Criação na cidade de Ponta Delgada de um estabelecimento de ensino superior.

Região da Madeira

50. Tendo em vista o melhor aproveitamento das potencialidades da região-plano da Madeira e a necessidade de neutralizar progressivamente os principais estrangulamentos reconhecidos, indicam-se as *acções prioritárias* a prosseguir ou a iniciar no decurso do IV Plano de Fomento, com vista a criar condições de expansão para a economia madeirense e a melhorar os níveis educacional e sanitário da população:

- a) Revisão da política de tráfego aéreo e marítimo, em face da forte dependência exterior da economia local e visando a criação de condições que permitam a sua expansão e diversificação. Neste domínio sefão empreendidos os seguintes estudos: viabilidade técnica e financeira do prolongamento da pista do Aeroporto de Santa Catarina e soluções alternativas; possibilidades de ampliação das instalações do porto do Funchal e, em fase ulterior, do prolongamento do cais; implantação de estruturas portuárias na ilha de Porto Santo, com vista ao aproveitamento das respectivas potencialidades turísticas;
- b) Definição de uma política de crédito e de apoio aos investimentos turísticos, de promoção e de formação profissional, em correspondência com a classificação de região prioritária de turismo. Será também de considerar o estudo de legislação adequada a maior participação do sector público no arranque de determinados empreendimentos turísticos de interesse local, em associação com a actividade privada;

- c) Constituição de órgãos locais de apoio às indústrias de exportação, especialmente as artesanais;
- d) Intensificação das acções de reestruturação fundiária em curso, com actuações especialmente tendentes à abolição progressiva do regime de «colónia», à concretização de operações de emparcelamento e à constituição de núcleos de agricultura de grupo;
- e) Reconversão cultural e consequentes medidas tendentes à substituição de culturas inadequadas à natureza dos solos, com incentivo para as que ofereçam condições competitivas de exportação, as que assegurem o abastecimento dos mercados locais e para a aceleração do ritmo de florestação dos incultos;
- f) Estudo do ordenamento territorial da região, tendo em vista:

A estruturação de uma área urbana abrangendo os concelhos de Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e Machico, considerando, como alternativa, a possibilidade de expansão de um outro centro urbano com capacidade para obviar à excessiva atracção da cidade do Funchal;

O estabelecimento de orientações e prioridades para a execução de programas coordenados de infra-estruturas de apoio à população rural, designadamente das redes de abastecimento de água e esgotos e de viação rural;

Racionalizar a implantação da rede de construções escolares e de centros e postos sanitários nos concelhos rurais;

- g) Criação na cidade do Funchal de um estabelecimento de ensino superior.

Instrumentos de acção regional

51. Há que considerar a necessidade de actuações com a finalidade de accionar os mecanismos de desenvolvimento das regiões, pelo que se prevê a vantagem de criar instituições para estudo, financiamento e execução coordenada de grandes empreendimentos de in-

teresse regional — por exemplo, os de valorização de bacias hidrográficas (Tejo, Douro, etc.) —, bem como a orientação do investimento privado para a reconversão e criação de actividades produtivas.

A esta luz, considera-se oportuno *promover a constituição de sociedades de desenvolvimento regional* capazes de dinamizar os processos de crescimento, quer pelo enquadramento das iniciativas, quer pela captação das poupanças regionais e sua orientação para investimentos em novos empreendimentos. Parece aconselhável que às referidas sociedades corresponda a figura jurídica de empresa de economia mista, capaz de conjugar facilidades decorrentes do regime jurídico-comercial das sociedades anónimas com a segurança e prerrogativas inerentes à actuação do Estado e de outras pessoas colectivas de direito público.

D) Outros domínios de acção e de estudo

Orientação das infra-estruturas de transportes e telecomunicações

52. A implantação das grandes infra-estruturas relaciona-se muito estreitamente com as opções tomadas quanto ao ordenamento espacial. Com efeito, a existência de ligações razoáveis às várias zonas do território representa, em si mesma, uma potencialidade criada a aproveitar para valorização regional; mas, por outro lado, o sentido prospectivo do ordenamento do território impõe que a implantação de novas infra-estruturas, ou a melhoria das existentes, se processe de acordo com orientações adoptadas quanto aos diversos aspectos que integram aquele ordenamento — urbano, industrial, rural e turístico.

As opções relativas às principais infra-estruturas deverão, por conseguinte, ser analisadas predominantemente por critérios de rentabilidade a longo prazo que terão em conta a sua influência determinante no melhor aproveitamento das potencialidades e no desenvolvimento mais equilibrado do território, influência que se projecta em aspectos básicos, tais como as comunicações entre os diversos níveis de hierarquia urbana, a coordenação com a localização dos equipamentos de acolhimento, as ligações entre centros produtores (agrícolas e industriais) e centros consumidores e a possibilidade de penetração do desenvolvimento para áreas interiores.

53. Ao tratar o sector dos transportes e comunicações faz-se, desde já, a ligação do respectivo planeamento ao modelo de ordenamento espacial, tomando em conta as decisões do Governo quanto a esta matéria. Acentua-se, contudo, a necessidade de vir a obter um quadro mais pormenorizado, orientador das prioridades a observar no contexto dos programas de execução do IV Plano de Fomento. Neste sentido, *proceder-se-á ao estudo, em âmbito interdepartamental, da adequação dos planos a seguir indicados ao esquema de ordenamento do território*, em especial quanto ao reforço da hierarquia da rede urbana e à melhoria das ligações com as áreas prioritárias de promoção industrial, agrícola e turística:

Plano rodoviário do continente;

Plano de portos secundários;

Plano de construção de aeródromos;

Plano de telecomunicações.

Inserção do turismo na política de ordenamento do território

54. Conforme consta no capítulo próprio, um dos objectivos do sector do turismo, no período deste Plano, consiste na sua contribuição para a atenuação dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento. Resulta, consequentemente, a necessidade de mais estreita articulação entre o desenvolvimento turístico e a política de ordenamento do território.

Encontram-se já definidos, nas zonas prioritárias de turismo do Algarve, da Madeira e de Lisboa, núcleos turísticos onde é desejável uma concentração de investimentos. Esta selecção baseia-se em critérios quanto às aptidões e potencialidades turísticas detectadas, para além de pressões da procura a que importa assegurar adequada resposta. A mencionada articulação entre o turismo e o desenvolvimento regional vem implicar, todavia, um alargamento do referencial em que aquele sector há-de definir a sua política. Com efeito, as inter-relações entre zonas turísticas e o ordenamento dos espaços rurais e urbanos, a ocupação dos tempos livres de grandes massas populacionais, a importância que o turismo pode ter nos esquemas de desenvolvimento de certas regiões, são alguns dos aspectos que exigem a elaboração de um *plano geral de*

ordenamento turístico do território, assente em novos critérios de selecção de zonas prioritárias e núcleos de desenvolvimento para o turismo. Em conformidade se ajustarão as orientações decorrentes para domínios como os da promoção, financiamento, incentivos, formação profissional e complementaridades entre equipamentos turísticos e infra-estruturas de base. Espera-se dispor já daquele plano geral quando se proceder à revisão do Plano para o 2.º triénio, sem prejuízo de a política do sector do turismo vir a ser gradualmente informada pelos resultados parciais dos estudos em curso. Assim, as áreas de desenvolvimento turístico haverão de ser objecto de programação integrada, abrangendo as actividades do turismo e sectores com este relacionados por forma a assegurar-se-lhes um crescimento concertado e adequada inserção nos esquemas de desenvolvimento regional.

Estudos regionais prioritários

55. Para além dos trabalhos implícitos nas orientações anteriormente traçadas, importa desenvolver um conjunto de estudos ou projectos de investigação de natureza regional, indispensáveis à melhoria das metodologias de planeamento a utilizar ou à mais sólida fundamentação de actuações a desenvolver em algumas parcelas do território, de entre os quais se destacam os seguintes:

- a) Sistemas de informação regional e urbana, incluindo, nomeadamente, o estabelecimento de contabilidade regional;
- b) Técnicas de programação de pólos de crescimento e sua inserção no delineamento de estratégias de desenvolvimento regional;
- c) Condicionantes e tendências de localização industrial no continente;
- d) Aprofundamento e concretização das principais directrizes do desenvolvimento da Região do Centro, abrangendo o enquadramento territorial das acções de fomento económico e de expansão urbana, bem como a sua estruturação com razoável grau de autonomia e dinamismo;
- e) Estudo da área de influência do pólo de crescimento de Sines, designadamente no que se refere à integração e complementaridade

entre o desenvolvimento urbano e industrial daquele núcleo e a zona rural circundante;

- f) Ordenamento da sub-região do Algarve, com particular incidência quanto ao desenvolvimento urbano-turístico e à localização de certos tipos de actividades industriais;
- g) Estudo de algumas zonas fronteiriças, visando a programação conjunta de actuações, bem como a coordenação na implantação e na utilização de infra-estruturas económicas.

E) A execução do Plano segundo a óptica regional

56. Com a execução do III Plano de Fomento têm sido gradualmente introduzidas sucessivas melhorias no processo de programação, quer por parte do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, no respeitante ao delineamento dos trabalhos e à apreciação dos programas e projectos de investimento, quer por parte dos serviços executores, em termos de acrescida eficácia no estabelecimento dos programas. Contudo, a execução deste Plano deverá marcar sensíveis progressos por forma que a programação de actuações assegure, efectivamente, a prossecução dos objectivos de desenvolvimento regional adoptados. Neste contexto, três condições são essenciais:

- Estabelecimento de orientações quanto à organização do espaço sócio-económico, traduzidas em esquemas de ordenamento do território;
- Definição de critérios sectoriais quanto à localização dos equipamentos e das actividades económicas;
- Formulação de propostas regionais mediante um processo participativo — a fim de traduzirem os reais interesses das regiões, mas, também, tecnicamente bem apoiado.

Tais condições têm vindo, progressivamente, a ser preenchidas. Com efeito:

Dispõe-se de um esquema geral de ordenamento do território ao nível do continente, a pormenorizar em escalões mais restritos, de regiões e de áreas-problema;

Estuda-se a definição de critérios sectoriais de localização, nos domínios das actividades económicas e dos equipamentos urbanos e rurais; Prevê-se a reconsideração da orgânica de planeamento regional, ao nível das comissões e seus grupos de trabalhos, tendo em vista aperfeiçoar a sua capacidade para interferirem utilmente no acompanhamento da execução do Plano.

57. Tudo se conjuga, por consequência, para que o IV Plano de Fomento seja realmente inovador quanto ao processo de programação, em especial por um estreito contacto entre os gabinetes de planeamento e as comissões regionais — procedimento já adoptado na elaboração deste Plano. Não tendo os órgãos de planeamento regional poder executivo, serão as suas propostas tomadas em consideração pelos serviços executores, por forma a poderem estabelecer-se prioridades e traduzir-se concretamente em programas e projectos de investimento, bem como em medidas de política, ajustados aos condicionalismos próprios de cada região.

Convirá, todavia, distinguir entre uma simples *regionalização dos programas sectoriais*, com base na adequação dos projectos e das medidas de política às orientações quanto ao ordenamento do território, e a preparação de verdadeiros *programas de interesse regional*. Efectivamente, ainda que considerando a necessidade daquela regionalização e os progressos de que carece, deverá a execução deste Plano vir a contar também com *programas concertados de desenvolvimento para as diversas áreas prioritárias* — pólos de crescimento urbano-industrial, áreas integradas, zonas de desenvolvimento turístico ou outras — partindo das suas carências e potencialidades e da clara formulação de objectivos, a que os órgãos executores implicados darão gradual resposta.

F) Preservação do ambiente e protecção da natureza

58. A medida que o processo de desenvolvimento económico se acelera, ganha relevo a preocupação com a degradação do ambiente, induzida por ampla sensibilização da opinião pública a problemas que afectam

fortemente a vida quotidiana de vasto sector da população, em especial o adstrito aos centros urbanos e industriais.

A par do desenvolvimento regional, preocupado com as implicações espaciais do desenvolvimento económico, impõe-se cada vez mais proteger as populações das disfunções ambientais, concebendo estruturas urbanas bem servidas de espaços verdes, livres de ruídos excessivos e de uma atmosfera contaminada; promovendo a gestão racional dos recursos hídricos, incluindo a orla marítima, de forma a preservá-los contra a poluição crescente; evitando a degradação das paisagens rurais, através da criação de áreas reservadas e de práticas agrícolas adequadas à manutenção da fertilidade e conservação dos solos.

Para que estes objectivos sejam atingidos impõe-se desencadear uma acção pluridisciplinar, coordenada e orientada para um objectivo comum, que é precisamente o de introduzir a qualidade de vida como parâmetro do processo de desenvolvimento.

Não há dúvida de que a melhoria das condições de vida depende, em larga medida, da valorização e preservação do ambiente natural. Referem-se a seguir os aspectos que, no tocante à preservação do ambiente e protecção da natureza, se afigura deverem constituir objecto de maior atenção no decurso do IV Plano de Fomento, com vista à preparação de intervenções convergentes e eficazes.

Luta contra a poluição

59. É este um dos aspectos a que, naturalmente, a opinião pública é mais sensível. Abrange a poluição do ar, os ruídos, a poluição das águas interiores e a preservação dos mares, nomeadamente a protecção da orla marítima.

A *poluição do ar* surge, quase exclusivamente, nas grandes aglomerações urbanas, por força, designadamente, da actividade industrial e da circulação de veículos automóveis. Também se pode manifestar, todavia, na vizinhança de determinados complexos industriais situados fora dos grandes centros.

O incómodo causado pelos *ruídos* é um aspecto que, em certas situações, assume grande importância. Não obstante o seu carácter por vezes aleatório e ocasional, origina perturbações graves no ambiente